

Novas propostas para a dívida

por Edson Beú
de Brasília

O presidente do Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae), Paulo Lustosa, entregou ao ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, duas propostas de adiamento do prazo de carência para cerca de 30 mil pequenos e médios empresários saldarem as dívidas contraídas ainda durante o Plano Cruzado: uma delas, defendida pelos nordestinos, pede o adiamento do prazo por seis meses, com a aplicação de 50% da correção monetária sobre o saldo e outra, apresentada pelos gaúchos, admitindo o pagamento de até 100% de correção monetária, desde que, no período de seis meses, não sejam obrigados a fazer nenhum desembolso aos credores.

Em janeiro começou a vencer a carência de seis meses dada pela Resolução nº 1.335 do Banco Central, emitida no ano passado, que estabeleceu condições especiais para os pequenos e médios empresários, sacrificados com a súbita alta dos juros após o fim do Plano Cruzado, pagarem suas dívidas. Mas, segundo o presidente do Cebrae, neste mês de abril é que o problema apresentará maior proporção, pois, somando-se aos casos de fevereiro e março, pelo menos 80% dos devedores já estarão sendo obrigados a quitar as primeiras parcelas da dívida.

Lustosa entende que o problema deve ser analisado caso a caso pelo governo. "Há casos irre recuperáveis", explica. Através de

uma seleção criteriosa, ele acha que apenas uns 30 mil empresários seriam beneficiados pela prorrogação do prazo de carência. O presidente do Cebrae disse que acredita na "sensibilidade" do ministro da Indústria e do Comércio e do presidente José Sarney, mas manifesta um certo ceticismo em relação aos ministros da área econômica que, segundo acentua, "vivem a síndrome do déficit público". Observa, no entanto, que o adiamento não representará nenhum desembolso para o governo nem para os bancos privados, principalmente adotando-se a correção monetária plena. Lustosa esclarece que não quer nenhum confronto com o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. "Queremos apenas encontrar uma forma de administrar a dívida dos pequenos empresários para eles saírem do buraco", salienta.

Lustosa, ligado ao PFL do Ceará, disse que o maior problema enfrentado pelo

setor, hoje, não são as taxas de juro, mas sim a redução do poder de compra verificado no meio consumidor, em função do recrudescimento do quadro inflacionário, "o que acabou estreitando ainda mais o

mercado". O pequeno empresário, acentua Lustosa, sofre também as consequências da indefinição da política econômica. "Além da queda, o coice", reclama ele, usando um ditado cearense.